



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA

1 Aos vinte e nove do mês de Janeiro de dois mil e quinze, realizou-se no auditório da
2 Casa dos Conselhos, situada a Rua Afonso Pena, nº840 Bairro: Bucarein, a reunião
3 de nº 22/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
4 (CMDCA), em caráter ordinário. Faltas justificadas: Aline Ávila, Joseana, Solange,
5 Paula Comte, Rute Bittencourt, Iara, Kamila e Patrícia. Ao início da Assembleia
6 Ordinária presentes 5 Conselheiros Titulares e 5 Suplentes e 3 ouvintes. Pauta:
7 Leitura e deliberação de correspondências; Informes da diretoria ; Estudo do Projeto
8 de Lei 203/2012; Escola de Rede; Visita a Defensoria Pública; Controle de Faltas;
9 Estudo de Captação por chancela; Momentos das comissões; Informes Gerais e
10 Palavra Livre – Vanessa NSJ. Leitura de Correspondência, Realizada pelo
11 assessor da Secretaria Executiva, Sr. Robsón; **Ofício 140/2014/CME** Conselho
12 Municipal de Educação – devolutiva de denúncia encaminhada pelo CMDCA sobre
13 irregularidades em CEI; **Ofício 122/2014 SAS fundos** – pede relatório sobre
14 dotações de convênios pagos com recursos do FIA – Deliberação: encaminhado ao
15 FIA para parecer; **Ofício 77/2014** dos Conselhos Tutelares resposta ao Ofício
16 140/2014 do CMDCA; Trata sobre atestado de Eficiência pedido a respeito de
17 entidade. A emissão de Atestado de eficiência e qualidade necessita ser
18 padronizada Pelos órgãos competentes, para a renovação do Registro das
19 Entidades junto ao CMDCA. Daivid do Conselho Tutelar sugere ofício ao MP
20 Estadual que deve ter modelo estadual. Informa que o CT já possui a certidão
21 apenas não foi ainda requisitada. Sugestão que a Comissão de Normas e Registro
22 efetuará o estudo e devidas consultas para repassar a plenária. Sugerido e acatado
23 que junto à comissão de Normas junte-se a Comissão de Articulação junto ao CT.
24 Daivid reitera a necessidade de publicar no site do CMDCA como agir na requisição
25 do Atestado de Eficiência. **Deliberação:** Publicação no sítio do CMDCA das
26 orientações de como proceder junto ao CT para se obter os atestados; e Comissões
27 de Normas e Registros e Articulação com os CTs deverão iniciar discussão com os
28 órgãos afetos ao tema. **Ofício 120/2014 SAS** – 1º alteração do Plano de Aplicação
29 do CMDCA – LOA 2015 – **Deliberação:** encaminhamento para o FIA para posterior
30 parecer; **Ofício 118/2014 SAS** – A secretaria anuncia que acata recomendação da
31 Controladoria e que já requisitou depósito na conta do FMDCA à Secretaria da
32 Fazenda, devido a irregularidades em convênio antigo; Robson explica aos
33 presentes que se trata de um convênio aprovado em plenária no ano de 2008; e que
34 só começou a ser pago em 2012, dada a morosidade, a entidade acabou tendo
35 dificuldades de corresponder na íntegra com o projeto aprovado, pois suas
36 demandas e contexto já haviam mudado; a controladoria, em 2013 fez a análise da
37 situação e pediu parecer do CMDCA, que enviou comitiva até a entidade Rosa de
38 Saron, e concluiu que embora tenham havido irregularidades, as mesmas não

John Carlos Steijl Mont.



Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - Joinville - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

39 chegavam a afetar consideravelmente o projeto, além de constatar que dada a
40 demora de 4 anos para pagamento, a entidade não poderia ser penalizada. Ao fim
41 de 2014, a Controladoria do município emite ofício a SAS e ao CMDCA, requerendo
42 que o valor de dez mil reais corrigidos, seja depositado no FMDCA a expensas da
43 SAS. **Informes da Diretoria:** PL 203/2012 – No fim de 2011, o CMDCA enviou
44 proposta de alteração da Lei Municipal 3725/98 à procuradoria, para que fosse
45 convertida em Projeto de Lei Municipal PL203/12; esta lei trata sobre a criação e
46 funcionamento dos Conselhos Tutelares e do próprio CMDCA. Em 2012, várias Leis
47 Federais que implicariam em mudanças na Lei municipal entraram em vigor,
48 especialmente a Lei Federal 12696/12. Desta forma, o projeto de lei teve de ser
49 retirado dos trâmites da câmara municipal para nova adequação. Aliado a esse fato,
50 o CMDCA cria o terceiro Conselho Tutelar através da Resolução 12/2013, bem como
51 define os novos territórios de competência dos Conselhos Tutelares na Resolução
52 31/2014, bem como delibera linhas gerais sobre a metodologia a ser aplicada nos
53 processos eleitorais dos Conselhos Tutelares. Ao fim de 2014, o CMDCA enviou
54 tópicos de mudança que deveriam ser incluídos na readequação; que foram
55 encaminhados oficialmente ao Poder Executivo. Em resposta, a SAS monta uma
56 equipe técnica que está encarregada de estudar e fazer as devidas adequações.
57 Robson informa que tal proposta deverá ser encaminhada para deliberação para o
58 CMDCA nos próximos dias; e que este Conselho de Direitos deverá fazer um
59 esforço para apreciar e votar a matéria no mais curto espaço de tempo. Adverte a
60 todos, que a presente Proposta de Lei, deverá ser transformada em Lei e entrar em
61 vigor até o mês de maio deste ano, para que seja possível fazer a contento todo o
62 processo de escolha direta dos Conselhos Tutelares neste ano. **Escola da Rede:**
63 Realizou-se em novembro de 2014 e a nova edição começa em março, sendo que
64 os conselheiros do CT se voluntariaram para replicar para a rede. A Fernanda
65 Engelmann também se propôs a ser formadora, quanto ao tema de Alienação
66 Parental e o Coordenador das Equipe de apoio aos conselhos está tentando com a
67 controladoria montar formação quanto aos orçamentos públicos como a LOA, PPA e
68 outras temas correlatos. **Defensoria Pública:** Darli relata que a diretoria realizou
69 visita a Dra Raquel que se coloca a disposição do CMDCA para demandas e ações
70 conjuntas. Deixou em aberto uma visita ao CMDCA. **Controle de Faltas:** A
71 comissão de Legislação constatou muitas faltas Justificadas contínuas, além das
72 faltas comuns que já configurariam vacâncias conforme o regimento interno. Desta
73 forma, entendem que há necessidade de regimentar melhor o que configura faltas
74 justificadas, bem como a presença nas Comissões de trabalho. Cláudio fala sobre
75 estudar as causas das faltas. Lembra sobre o Fórum onde as entidades pouco
76 participaram, e reforça a necessidade de participação mesmo sabendo que o
77 conselheiro é voluntário. Diante dos afazeres e conhecimento de causa que se faz
78 necessário o conselheiro e isso deve ser uma pauta a ser estudada, onde se
79 redefine o papel do conselho e dos conselheiros. Adalberto comunica que a

João Carlos Elzeir



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Joinville - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

80 conselheira Michele coloca seu cargo a disposição pela dificuldade e a necessidade
81 do seu trabalho. Deliberação: a Comissão de Legislação trará em reunião futura o
82 resultados das vacâncias e proposta de alteração no regimento interno. **Normas e**
83 **Registros:** Luiza informa que se reuniram – em dezembro Conde Modesto Leal
84 parecer favorável, Bombeiros Mirins faltam documentos, Ispere não enviou
85 documentação conforme resolução e receberam prazo de 30 dias e o mesmo
86 expirou. Dia 19 de janeiro houve reunião com o JEC e foram feitos vários
87 apontamentos para adequação, sendo que uma delas é que será o responsável
88 legal pelos adolescentes. Retiraram sua documentação anteriormente apresentada e
89 se comprometeram a reenviar com as adequações pedidas. Quanto a renovação de
90 registro da Conde Modesto Leal, foi posto em votação e a concessão foi aprovada
91 pela plenária por unanimidade. Cláudio e José Ivonildo lembraram o problema com
92 relação ao JEC, pelos problemas de acolhimento de adolescentes oriundos de
93 outras cidades. Cláudio reforça que deveriam buscar informações em CMDCA's de
94 outras cidades, modelos de boas práticas onde já são realizados esses tipos de
95 atividades. **Articulação CT :** Cibele informa que se reuniram em dezembro e
96 Robson efetuou uma formação sobre o CT e seu funcionamento aos membros da
97 comissão. Sugestão de uma cartilha explicativa do "modus operandus" do CT e das
98 informações de como e onde votar, dirigido a população. Na primeira sexta feira de
99 cada mês eles estarão se reunindo sendo que a secretária fica com a Cibele a e a
100 coordenação com a conselheira Denise. **FIA:** Saldo da conta atualmente está em
101 torno de um milhão e meio de reais e a comissão ser reunirá neste mês de fevereiro
102 para montar a resolução para a doação chancelada. Cláudio falou de seu encontro
103 com o prefeito e a necessidade de uma articulação geral em prol do FIA, a renúncia
104 fiscal, aumentar a conhecimento sobre esse processo esclarecendo a comunidade o
105 valor desse procedimento. O prefeito se mostrou solidário. Robson explicou que não
106 há necessidade de uma resolução sobre chancela, pois a resolução do Conanda já
107 permite; embora capitula e diz que uma Resolução que oriente os futuros editais é
108 uma ideia válida, ainda mais porque existe a possibilidade de Joinville executar um
109 edital híbrido, onde se pagará projetos com e sem chancela. **Legislação:** Não se
110 reuniram, porém o primeiro trabalho será a elaboração do regimento interno com
111 relação às faltas. **Políticas Públicas:** Ermelinda informou que se reuniram para
112 distribuir as tarefas e devem reiniciar suas atividades neste próximo mês. Até maio
113 desejam encaminhar proposta para análise para um diagnóstico social. Cláudio
114 comenta sobre as áreas de diagnóstico prioritárias, sendo que todas elas são
115 extremamente importantes e necessárias. Ermelinda informou que nem tudo foi
116 demonstrado e que a rede deve indicar as necessidades prioritárias. Mencionou
117 apenas para exemplo, como anda a questão da gravidez na adolescência. Ivonildo
118 falou da alienação parental, sobre a campanha da violência sexual e o trabalho
119 infantil. Também um problema grave de Joinville é a migração de trabalhadores, que
120 acabam trazendo suas famílias e aí vem a pergunta: onde ficam, como acolher as

Jose Ivonildo Leal



121 crianças? **Palavra Livre:** Vanessa NSJ – Ela falou sobre a denúncia sobre uma
122 entidade e coloca que a secretaria não mais irá encaminhar casos para eles. Eles
123 marcaram uma reunião para auditar, uma vez da necessidade do serviço da
124 entidade. Essa reunião aconteceu na NSJ, com a secretária da saúde. Reforçou a
125 necessidade da NSJ e argumentou que algumas denúncias iram infundadas, porém
126 algumas são verdadeiras, determinando um prazo de três meses para as
127 adequações, solicitando um novo projeto ao NSJ. Na próxima reunião aconteceu dia
128 08 de dezembro, onde apresentou a demissão de um funcionário que estava com
129 problema, sendo uma das adequações solicitadas. Melhoria na qualidade
130 funcionários. Os serviços envolvidos irão reunir-se para discutir os fluxos e maneiras
131 de encaminhamentos. Próxima reunião dia 10 de fevereiro. Cláudio fundamentou
132 sobre o que ia questionar, ou seja, sobre o quanto nos afastamos de como
133 executamos a política pública, e deveríamos ser mais incisivos no agir como
134 conselheiro. Precisamos olhar com cuidado da execução do que já existe na política
135 pública. Deyvid fala sobre o JEC como sugestão O CMDCA pode ver junto ao MT
136 para avaliar esses contratos de trabalho. Robson insiste que o JEC veio ao CMDCA
137 já por orientação do MT. Referente a criação de novos conselhos, uma sugestão que
138 cria-se um para 2016 e um quarto para 2020 e isso deve constar nessa nova lei,
139 para evitar a demora da mesma. Robson reforça que essa preocupação já existe e a
140 idéia é criar uma espécie de gatilho, adequando ao crescimento da população.
141 Quanto ao convite da articulação, Deyvid se coloca a disposição. Deyvid coloca sua
142 disposição da escola da rede e também divulgar o trabalho com esclarecimentos do
143 trabalho do CT. Marislei colocou sobre o FIA, sobre as crianças com autismo que
144 necessitam de atenção. O problema de ainda usarmos dados de outros países.
145 Sugere uma audiência pública sobre os direitos das crianças. Por sugestão do
146 Robson, foi sugerido a Marilei que encaminhe as Políticas Públicas. Robson
147 contesta a questão da NSJ, que não é somente demitir um funcionário que será
148 resolvido, mas a metodologia da entidade que estará resolvido. Se existe a demanda
149 não se justifica seu inadequado. Que o poder público execute tal tarefa. O CMDCA
150 deve fazer o seu papel no processo quanto ao registro, mas não na fiscalização. O
151 Conselho deve designar um conselheiro para acompanhar esse processo.
152 Conselheira Julice acatou a designação e estará junto ao processo. Claiton do
153 Bombeiro Mirim solicitou que seus alunos participem das reuniões do conselho para
154 aprendizado. O mesmo foi acolhido alegremente por já ter esse procedimento
155 regulamentado. Claudio demonstrou sua preocupação com a formação do
156 adolescente perante o que se possa discutir e o que isso possa causar na sua
157 educação. José colocou o ponto que esse adolescente já vota, tem seus direitos e
158 este seria um ótimo espaço para sua educação. Em tempo, Adalberto colocou aos
159 conselheiros da plenária a questão do edital dos Bombeiros Mirins que pede aditivo
160 e o mesmo foi aprovado por unanimidade, acatando o parecer da comissão do FIA.
161 Sugestão: Doravante a palavra livre deverá ser requisitada antecipadamente, por

Geti Carlos Lythion



Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - Joinville - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei nº 2.627 de 17 de janeiro de 1992 e alterado pela Lei nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

162 email informando a entidade e o assunto, para que já conste na pauta. Ivonildo e
163 Robson sugeriram que o próprio CT tenha o seu tempo durante a reunião para expor
164 seus assuntos. Próxima Assembleia Ordinária será dia 12 de fevereiro de 2015 as
165 08:30 horas, na sala dos Conselhos. O Presidente José deu sua fala perguntando ao
166 Cláudio quando acontecerá a nova reunião do Fórum, que explicou que deverá
167 acontecer em fevereiro, bem como reforçou a presença das entidades. Nada mais
168 havendo a se tratar, deu-se por encerrada a reunião que foi secretariada por mim,
169 sendo a mesma assinada pelo presidente.

170

171

172

173

José Carlos Eloy Martins
José Carlos Eloy Martins
Presidente

174